

Sem planejamento, a capital da República poderá ser descaracterizada pela pressão oriunda do Entorno

Brasília atinge 46 anos com qualidade de vida em perigo



LÍGIA MARIA

Após 46 anos, Brasília, com sua reconhecida qualidade de vida, é a realização dos sonhos de seus criadores e fonte de inspiração da vanguarda da arquitetura contemporânea, o *new urbanism* – que prega a reconciliação do homem com a natureza. Porém, os patrimônios cultural e ambiental da cidade correm risco de serem modificados, mesmo com os tombamentos arquitetônico e paisagístico.

Os especialistas dizem que, sem um planejamento urbanístico do Distrito Federal e Entorno para os próximos 50 anos, ficará difícil conter as pressões que cada vez mais ameaçam a cidade e podem torná-la muitíssimo diferente quando completar 100 anos.

Todos os dias, circulam no Plano Piloto 850 mil carros vindos das satélites, e 1,5 milhão de pessoas passam pela Rodoviária com destino aos seus locais de trabalho. Isso ocorre porque o Plano Piloto concentra 80% dos empregos.

– Brasília é o que se pretende para as cidades do século 21. Mas com a concentração de empregos no Plano Piloto e o fluxo intenso de carros, que diariamente vêm das satélites para cá, temos que nos perguntar o quanto isso impacta na cidade e por que tudo tem de estar concentrado no Plano Piloto – questiona a arquiteta e professora da Universidade de Brasília, Mônica Veríssimo.

A capital federal é objeto de um tombamento inédito, uma vez que nenhuma outra cidade moderna recebeu esse tratamento. Outra diferença é que o tombamento de Brasília engloba todo o conjunto urbanístico, arquitetônico e ambiental.

– Em outras cidades históricas, o tombamento é apenas arquitetônico, pelo qual somente os monumentos são preservados – explica Vera Ramos, chefe da Divisão Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O tombamento completo gera debates. Muitos consi-

deram o rigor das regras arquitetônicas, como altura e largura de prédios, uma forma de engessar o crescimento da cidade. Mas também há quem defenda.

– Avaliar o tombamento dessa maneira é desconhecer o valor da arquitetura da cidade, que é invejada por pessoas de todo o mundo. Brasília foi reconhecida, em 1987, por ser a legítima representação do modernismo. Ser patrimônio histórico e cultural é uma conquista que ainda precisa ser entendida pela população – afirmou Mônica Veríssimo.

Desconhecimento – Assim como a professora da UnB, a arquiteta Vera Ramos, do Iphan, avaliou que tanto a população quanto os administradores públicos necessitam de maior conhecimento sobre o projeto do Plano Piloto.

– As pessoas não têm informação do que foi previsto e querem reformular o projeto. Mas isso não é possível, embora o tombamento não seja um ato autoritário. Quando se vive em sociedade, deve-se privilegiar o interesse coletivo em detrimento do individual – enfatiza a diretora do Iphan, uma das pessoas que defendem o tombamento como uma conquista para a história da cidade.

Um dos maus exemplos citados por ela é proposta de criar um setor de bares e restaurantes no final da Asa Sul, na área onde hoje está o Aeroclube de Brasília. O Centro Gastronômico, defendido pelo ex-administrador de Brasília, Clayton Aguiar, é, segundo as especialistas, totalmente contrário ao projeto original.

– Temos de nos perguntar a serviço do que estão idéias como essa, pois não é preciso nada disso. Por que não oferecer incentivos fiscais para que os empresários ocupem e revitalizem o Setor de Diversões Sul? Essa é uma área nobre da cidade e todo mundo vai querer investir ali, mas é preciso estímulo. Agora, não é possível inventar a ro-

da, não dá para criar uma nova área de lazer – critica Mônica Veríssimo.

Outro tema que gera polêmica é a falta de conclusão dos Clubes Vizinhança. Para a arquiteta, os sete terrenos das Asas Sul e Norte ainda estão vazios por falta de compreensão do projeto do Plano Piloto, o que chegou a originar, nas décadas de 1980 e 1990, mudanças nas quadras residenciais.

– Naquele tempo era chique falar mal de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, por absoluta falta de reflexão. Os prédios da 309 e 310 Norte, que são totalmente diferentes dos existentes nas demais quadras, surgiram exatamente nesse tempo, em que se chamavam as áreas verdes entre os prédios de espaços vazios – disse.

Adaptações – Para Vera Ramos, do Iphan, o plano de Lúcio Costa continua atual e necessita apenas de algumas adaptações. As áreas destinadas às salas de cinema, como o Cine Brasília, que hoje perdeu boa parte do público, poderiam ter outra destinação. Se brasilienses preferem ir aos shoppings para ver filmes, o espaço poderia ter outra finalidade, mas mantendo a destinação cultural.

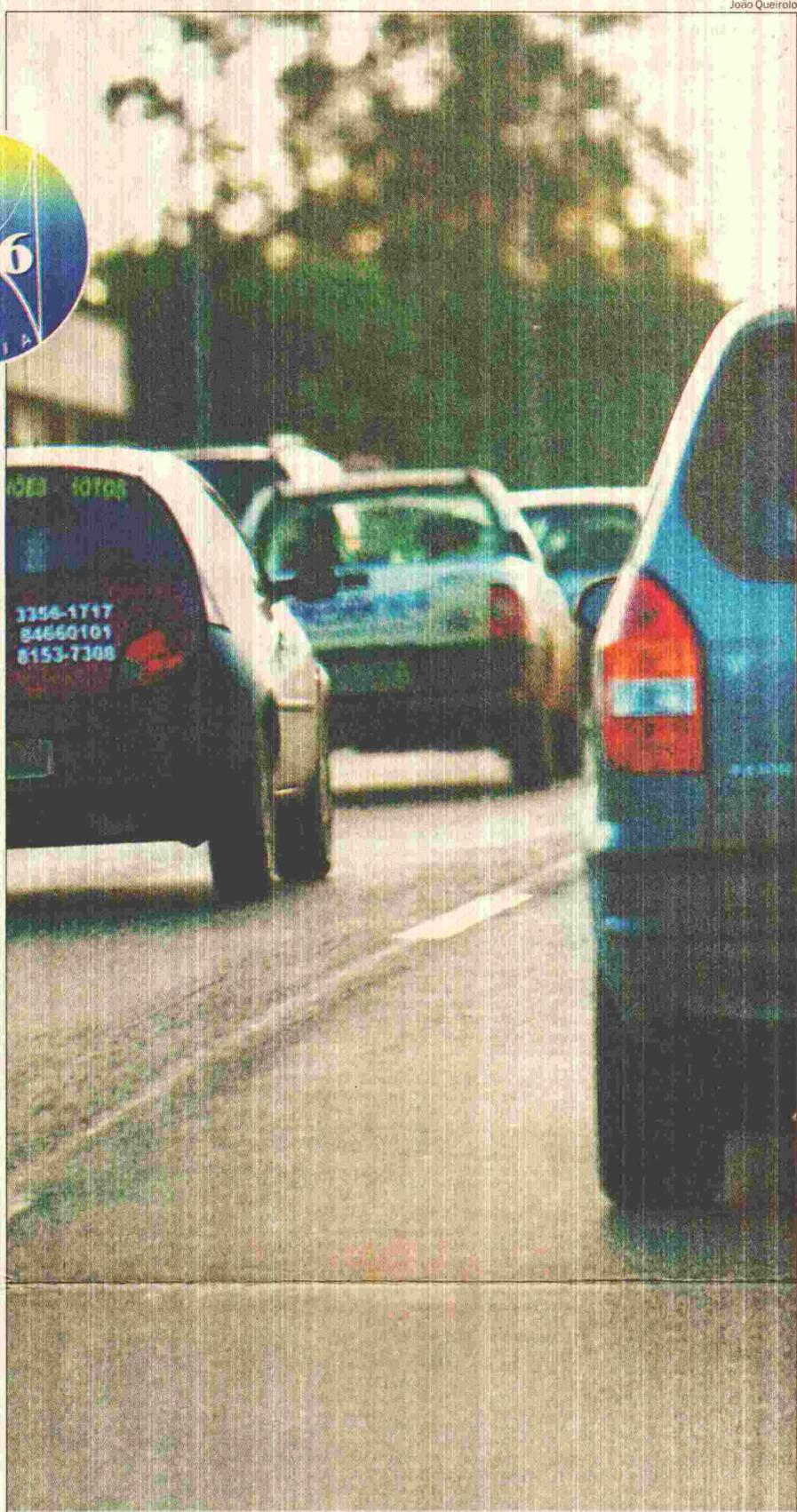
– Em vez de ser só cinema, pode ter teatro, auditório. É assim que se preserva, atualizando, de acordo com a demanda da sociedade – afirma Vera Ramos.

Definitiva – Ao criar Brasília, Lúcio Costa idealizou uma cidade definitiva, sem necessidade de mudanças ao longo do tempo. O urbanista dizia, àqueles que a consideravam autocrática, que a mudança é cabível para qualquer cidade, menos para a Capital da República.

– Uma capital que foi criada em quatro anos, no deserto, precisava ter características definitivas para funcionar. Era a capital definitiva de um Brasil definitivo, e não uma cidade provisória – dizia Lúcio Costa.

“As pessoas não têm informação e querem reformular o projeto”

VERA RAMOS
DIRETORA DO IPHAN



TRÁFEGO PESADO das satélites para Brasília é uma das principais preocupações dos urbanistas

Unesco fez propostas de preservação

A preocupação com Brasília não é somente dos brasilienses. Em 2001, a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – fez propostas para preservação:

- Melhorar o sistema de transporte público com a finalidade de desencorajar o acesso de carros às áreas governamental e central da cidade
- Evitar ou regulamentar de forma estrita a construção de novos edifícios nos espaços abertos que contornam o Plano Piloto
- Manter a altura de seis

andares para novos edifícios residenciais nas áreas vagas ou inacabadas das superquadras

- A definição de usos nas áreas de comércio local deve evitar maiores alterações no caráter originalmente proposto para esses setores
- A invasão de áreas verdes deve ser proibida
- Restrições expressas devem ser implementadas quanto ao uso de cores e publicidade
- Definir e implementar as condições estritas e restrições para novas construções

à beira do lago. Conjuntos de residência permanente deveriam ser banidos

- Evitar a ampliação da Vila Planalto e controlar rigidamente as atividades de construção
- Evitar a instalação de estruturas informais em espaços verdes livres do Eixo Monumental e outros espaços significativos da cidade
- Evitar a construção de novas edificações no Parque da Cidade

Fonte: Relatório da Missão Unesco – 2001



ÁREAS VERDES já foram alvo da cobiça de quem queria mudar o projeto original da cidade



CRÍTICOS do tombamento dizem que limitar a seis o número de andares dos prédios é "engessamento"